



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE GOVERNANÇA

ATA de Reunião do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle (CGGRC), da Universidade Federal de Alagoas, realizada nos dias 19 e 26 de maio de 2020, a partir das 08 horas, por **web conferência**, na sala <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/ubirajara>

1 Ao décimo nono dia do mês de maio do ano dois mil e vinte, a partir das oito horas, por
2 webconferência, na sala <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/ubirajara>, reuniu-se o Comitê
3 de Governança, Gestão de Riscos e Controle (CGGRC) por meio de convocação para Reunião
4 para a 2ª Reunião não presencial, presidida pelo Reitor da UFAL, prof. Josealdo Tonholo,
5 tendo a presença do mesmo e dos seguintes membros: Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti
6 (Vice-Reitora), Alexandre Lima Marques da Silva (Proest), Clayton Antônio Santos da Silva
7 (Proex), Renato Luis Pinto Miranda (Proinst), Iraídes Pereira Assunção (Propep), Wellington
8 da Silva Pereira (Progep), Amauri Barros (Prograd), Reinaldo Cabral Silva Filho (NTI), Thyago
9 Bezerra Sampaio (Auditoria); Dilson Ferreira (Sinfra), Márcia Rejane de Alencar Gonçalves
10 Ferreira (Ascom), bem como de Ubirajara Oliveira (Chefe de Gabinete), Melchior Carlos do
11 Nascimento (Assessor do Reitor), Rafaelly Aguiar (Assessora Técnica do Gabinete), Marcia
12 Cristina da Silva (Assessora da Vice-Reitora), Bruno Moraes (Diretor do DAP), Wanessa Simões
13 (Ordenadora de Despesas). Elder Patrick (CPAI), Gerson de Brito (Presidente da Fundepes),
14 Taciana Melo (Diretora Financeira da Fundepes), Eliane Barbosa (representando a Prograd),
15 Hiago Rocha, Arnaldo Tenório da Cunha Júnior (Campus Arapiraca), Soraya Lira Alencar.
16 Havendo número legal, o **Reitor e Presidente do CGGRC, prof. Josealdo Tonholo**, após
17 cumprimentar e agradecer a presença de todos, abriu a reunião explicando o caráter executivo
18 que seria adotado para otimizar o tempo: discussões rápidas, seguidas de votação dos itens
19 suficientemente esclarecidos da pauta e, na ausência de consenso ou quando algum item
20 exigir maior tempo de discussão, retirá-lo da pauta para análise de uma comissão menor e
21 retomada para deliberação em reunião futura. Solicitou, então, que fosse adotado como item
22 inicial da pauta o registro de estado de luto pela perda de amigos e colegas de trabalho em
23 função da Covid 19 e pediu um minuto de silêncio para preces, pensamentos positivos e boas
24 considerações para todos os colegas e amigos atingidos pela pandemia, bem como seus
25 familiares. Para externar esses sentimentos, foi também decidido que a Sinfra providenciasse o
26 hasteamento das bandeiras em meio-mastro. Após, passou o próximo item de pauta, com
27 aprovação, por unanimidade, da ata da reunião do CGGRC do dia 26 de abril de 2020.
28 Comunicou, então, a participação de representantes da Fundepes, o Presidente Gerson de
29 Brito e a Secretária Taciana Melo, e solicitou que realizassem apresentação sobre os recursos,
30 oriundos do Ministério Público do Trabalho e Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que a
31 UFAL recebeu do Ministério Público Federal, para uso no HUPAA. Ressaltou que a gestão dos
32 projetos relativos aos recursos é da UFAL, que está prezando para que sejam contabilizados
33 como recursos captados pela UFAL e não pelo HUPAA, com o objetivo de evitar possíveis
34 descontos no orçamento geral ou impactos no investimento no orçamento do HUPAA. Dessa
35 forma, o respectivo patrimônio está sendo transferido para a Universidade e direcionado para o



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE GOVERNANÇA

36 HUPAA por termo de uso e futura transferência de patrimônio. O Presidente e a Diretora
37 Financeira da Fundepes, **Gerson** e **Taciana** apresentaram os 4 projetos relativos aos valores
38 obtidos por realocação de recursos oriundos de acordo celebrado entre o MPT e a Brasken S.
39 A. e de penas pecuniárias: **1.**EPI's - R\$ 959.080,00, destinado para compra de equipamentos
40 de proteção individual; **2.**Equipamentos - R\$ 2.454.547,68, destinado para a montagem de 38
41 leitos exclusivos para pacientes da Covid19; **3.** Mobiliário - R\$ 250.000,00, também destinado à
42 montagem dos leitos; **4.**Face shields - R\$ 287.790,31, destinado à produção de protetores
43 faciais pelo LCCV/UFAL. O Reitor, **prof. Tonholo**, ressaltou que os recursos estão sendo um
44 grande auxílio para melhorar as condições de tratamento de pacientes da Covid19 e registrou
45 que esses recursos foram acessados graças ao apoio do Prof. Ricardo Cabus (CTEC) e do Dr
46 Alberto Cabus (FIEA), além do apoio irrestrito do MPF/MPT e TJ, nas pessoas dos Drs.
47 Rosemeire Lobo, Roberta Bomfim e Tutmés Airam. Por fim, ressaltou que a Fundepes está
48 realizando este trabalho em procedimento de exceção, por trabalho remoto, e que, apesar da
49 possibilidade de compra direta, devido ao estado de calamidade, os procedimentos são
50 complexos e precisam atender uma série de exigências como a realização de três cotações,
51 publicização de informações no portal da transparência, prestação de contas mensal, aquisição
52 dos bens e doação para a Universidade. Além disso, há dificuldades com fornecedores, em
53 relação às entregas e aos preços elevados que estão sendo praticados. Vice-Reitora, **profa.**
54 **Eliane**, relatou as dificuldades do HUPAA, que são as mesmas de outros lugares no país, falta
55 de gente e/ou de EPIs, e agradeceu o apoio da Fundepes na compra dos equipamentos. O
56 Reitor, **Prof. Tonholo**, agradeceu a participação do Presidente e da Diretora Financeira da
57 Fundepes, ressaltando que seria inviável a utilização dos recursos pelos procedimentos
58 regulares da EBSEH. Com referência à situação das bolsas, a Vice-Reitora, **profa. Eliane**,
59 fez um relato sobre a ação, que começou em fevereiro, quando foram observadas
60 inconsistências. Agradeceu a colaboração da Propep, Prograd, Proest, Proex e NTI no trabalho
61 de análise individual de 2237 bolsas, que resultou na identificação de algum tipo de
62 inconsistência em 49% do total analisado. Informou que o relatório seria disponibilizado na
63 mesma data às Pró-Reitorias, ressaltando que deverão acessar a planilha apenas as pessoas
64 envolvidas no processo, visto que a mesma contém dados sigilosos extraídos do sistema
65 acadêmico que não podem ser socializados. Informou que, uma vez concluídas as análises
66 que faltam, relativas às bolsas em Arapiraca, será possível ter maior visibilidade dos impactos
67 financeiros. Informou, ainda que a inconsistência de acúmulo de bolsas é de apenas 4 ou 5
68 casos, fazendo um resumo dos casos identificados em maior número. Por fim destacou que
69 políticas e editais relativos à concessão de bolsas serão balizados pelas inconsistências
70 identificadas. Pró-Reitor da Proest, **Prof. Alexandre**: parabenizou profa. Eliane e apresentou
71 dados, informando que nas últimas folhas, de janeiro a abril, houve desligamento de 492
72 bolsas, com 363 BPG, 71 auxílio alimentação e 58 auxílio moradia e indicando que alunos com
73 perfil de suspensão somam 56 casos no Campus do Sertão e 257 casos no A.C. Simões
74 (aguardam relatório do Campus Arapiraca). Em relação aos procedimentos, informou que o/a
75 estudante é convocado/a e apresenta a justificativa, que é avaliada pela equipe do serviço
76 social. Relatou que a Proest recebeu e-mails de professores e coordenadores de curso dos 3
77 campi, Sertão, Arapiraca e A. C. Simões, discordando do procedimento, alegando que este
78 não poderia ser realizado numa situação de pandemia. Alertou também para a situação
79 preocupante de que a Universidade fechou a folha de abril utilizando 52% do recurso PNAES
80 para todo ano de 2020. A Vice-Reitora, **profa. Elaine**, dividiu os créditos dos esforços
81 realizados para a produção da planilha das bolsas, salientando que agentes públicos precisam
82 trabalhar pela preservação dos recursos públicos e que o decréscimo no valor do pagamento,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE GOVERNANÇA

83 observado pelas ações, estão alinhados com os objetivos de clareza e transparência da atual
84 gestão, que preservam direitos. O Reitor, **prof. Tonholo**, destacou que esse trabalho de
85 análise individual está revelando outras situações que o sistema acadêmico não identifica,
86 como prazo mínimo e máximo de integralização dos cursos, jubramento, portadores de
87 diploma e número de reingressos. O Diretor do NTI, **Reinaldo**, registrou que é necessário criar
88 uma política para a governança das bolsas, que institucionalizará o sistema e todas as regras a
89 serem aplicadas a todas as modalidades, indicando, inclusive, as questões a serem tratadas
90 em cada edital. O Reitor, **prof. Tonholo**, concordou com as contribuições da Vice-Reitora e do
91 Diretor do NTI, reafirmando a importância dessa política de governança de bolsas e do sistema
92 unificado de bolsas, do qual a Proginst será o órgão gestor, permitindo a identificação do valor
93 total de bolsas pagas dentro das diferentes modalidades. Por fim, reiterou a necessidade de
94 preservação das informações sigilosas que constam na planilha, informando que o NTI está
95 trabalhando na preparação da UFAL para se enquadrar na Lei Geral de Proteção de dados,
96 trabalho que a gestão anterior deveria ter concluído em 2019. A Vice-Reitora, **profa. Elaine**,
97 compartilhou vídeo de paciente internado no HUPAA com Covid19 recebendo alta após
98 tratamento. O Pró-Reitor da Proginst, **prof. Renato**, informou que a Proginst aguarda o
99 relatório final sobre a situação das bolsas, para ter os subsídios que permitirão a elaboração
100 das normas comuns e a institucionalização do Sistema Único de Bolsas. Concluídos os
101 informes relativos às bolsas, o Reitor, **prof. Tonholo**, iniciou as discussões relativas ao
102 processo 23065.008591/2020-05 por meio do qual o Instituto de Computação solicita o uso do
103 espaço físico do prédio que foi construído pela Fundepes para utilização pelo Instituto Inbambu
104 mas não foi entregue em tempo hábil para ser utilizado pelo referido Instituto, que já havia sido
105 dissolvido quando o projeto foi encerrado. Atualmente o prédio está sendo utilizado como um
106 depósito de materiais pela Sinfra. Informou que a gestão anterior iniciou um processo de
107 licitação para reformá-lo e transformá-lo em um centro de recreação social, mas que, devido à
108 ausência de verbas para o elevado custo desse projeto, a Sinfra já tem orientação para
109 cancelar processo licitatório. Apresentou, então, o contexto relativo à solicitação do IC: **1.** A
110 aprovação do projeto submetido pelo IC, de credenciamento como unidade Embrapii, que exige
111 um local de funcionamento. **2.** A existência de 6 contratos entre a Ufal e empresas de
112 tecnologia de informação, fechados pelo IC, via Fundepes, que estão trazendo recursos para o
113 IC, os quais poderão ser utilizados como recursos do Embrapii para a realização da reforma do
114 prédio. **3.** O fato de que o espaço será transformado em um centro de empreendedorismo, que
115 era o objeto inicial do prédio quando ele foi construído, o que será feito com recursos próprios
116 do IC e não com o orçamento da universidade. **4.** A ocupação do prédio, que significará
117 aumento de segurança na sua área de localização. **5.** O posicionamento da Sinfra, que foi
118 favorável à cessão, com a destinação adequada, mas, como se trata de cessão de espaço
119 físico, é necessária a análise do CGGRC. O Diretor do NTI, **Reinaldo**, comentou que a UFAL já
120 havia tentado o Embrapii e não havia passado da primeira fase, mas agora faz parte de um
121 conjunto seletivo de instituições de pesquisa que possuem a chancela Embrapii. O Reitor, **prof.**
122 **Tonholo**, complementou informando que duas tentativas anteriores não avançaram e que hoje
123 só há 24 unidades Embrapii no país inteiro e 12 polos nos Institutos Federais, sendo a Ufal a
124 37ª do país. O Superintendente da Sinfra, **prof. Dilson**, esclareceu que o prédio estava
125 fechado e sem uso, o que está em desacordo com a lei de responsabilidade fiscal e afirmou
126 que seria viável iniciar as obras utilizando o projeto original, para não gerar mais atrasos,
127 fazendo alterações durante a evolução da obra. O Reitor, **prof. Tonholo**, mencionou que a
128 utilização de recursos de projetos facilitaria a execução da obra e que o ideal seria contratar a
129 Fundepes para agilizar. O Chefe de Gabinete, **Ubirajara**, relatou que houve uma tramitação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE GOVERNANÇA

130 indevida no processo despachado para a Sinfra, com envio direto ao IC, sem antes retornar ao
131 GR, já apresentando demandas relativas à obra e sem prestar os devidos esclarecimentos
132 quanto à utilização de recursos de projetos. Salientou, ainda, que, se aprovada a cessão, do
133 espaço, o caminho de execução precisa ser bem definido entre as alternativas de executar
134 projeto ou enviar para a Fundepes. O Reitor, **prof. Tonholo**, submeteu à votação do Comitê a
135 proposta de cessão do espaço físico do instituto inbambu para o IC, com liberação de todos os
136 projetos de obra e recomendação de que os projetos de adaptação sejam realizados pelo
137 próprio IC, se possível contratando via Fundepes, visto que a Sinfra não tem condições de
138 atuar nesse projeto no momento devido a outras prioridades institucionais. A proposta foi
139 aprovada por unanimidade. Com referência ao próximo item de pauta, circulação eletrônica de
140 processos internos através do SIPAC, o Assessor do Reitor, **prof. Melchior**, explicou que
141 também está envolvida a digitalização de processos, demanda do Fórum de Diretores, gerada
142 por memorando eletrônico, encaminhada pela profa Elaine, convidada para apresentar a
143 questão. **Profa. Elaine** informou que o assunto surgiu na reunião do Fórum de Diretores do dia
144 05 de maio, como demanda unânime de que, a partir de agora, não se use mais documentos
145 físicos e tudo seja realizado via sistema, com digitalização de processos em andamento e
146 construção de tutorial para auxiliar todos os servidores, docentes e técnicos, que utilizarão os
147 sistemas. O Reitor, **prof. Tonholo**, confirmou o apoio e interesse da gestão em avançar na
148 utilização de meios eletrônicos, comentando alguns impeditivos que precisam ser eliminados,
149 tais como a não aceitação de documentos não autenticados, sem o “confere com o original”.
150 Ponderou também sobre a necessidade de identificar quais procedimentos já podem adotar o
151 digital e quais são as políticas que precisam ser construídas para fazer isso, sendo necessário
152 ter diretrizes para criar comissões para a digitalização dos documentos em nível geral e em
153 nível de unidade. Sugeriu o estabelecimento, no sistema de governança, de uma comissão
154 geral de desburocratização e digitalização ou informatização para dar diretrizes às unidades. O
155 Chefe de Gabinete, **Ubirajara**, alertou para a necessidade de ouvir a CPPD e o NTI e informou
156 que já existe um Comitê de Governança Digital-CGD. O Diretor do NTI, **Reinaldo**, informou que
157 o SIPAC está desatualizado, havendo previsão de atualização em breve e que o Comitê de
158 Governança Digital, o qual foi instituído em 2019 e teve pouca atuação e deliberações (como o
159 PDTIC), é o fórum para tratar desse assunto, sendo sua composição bastante similar ao do
160 CGGRC. **Profa. Elaine** argumentou que o atual momento de excepcionalidade pode
161 impulsionar as mudanças. O Pró-Reitor da Proginst, **prof. Renato**, falou de consulta feita a
162 outras universidades e do custo para contratar empresas terceirizadas de impressão, que é
163 muito alto, indicando ser melhor investir em digitalização. Ressaltou os principais desafios:
164 cultura organizacional, infraestrutura, recursos para a capacitação e treinamento e gestão do
165 processo de implantação. Mencionou que é muito bom o feedback sobre o sistema SEI,
166 utilizado por muitas universidades e diversos órgãos públicos, o qual é gratuito, havendo
167 treinamentos também gratuitos pela ENAP. O Diretor do NTI, **Reinaldo**, sugeriu convocação do
168 Comitê de Governança Digital para tratar dessa pauta, que é de competência desse Comitê. O
169 Diretor do DAP, **Bruno** afirmou que a nova versão do SIPAC está semelhante ao SEI e que
170 gostaria de indicar servidores do DAP, que estão afinados com o Arquivo Central, para
171 participar da comissão que vai atuar nesse trabalho. O Pró-Reitor da Progep, **Wellington**,
172 informou que a PROGEP já tinha feito um estudo para trabalhar com processos digitais junto
173 ao DAP, porém não foi possível ir a frente porque o DAP estava no período do fechamento da
174 folha, mas aproveitava a ocasião para indicar os nomes do Prof Ivamilson, do servidor Alex e
175 da servidora Nídia para compor a equipe técnica que vai dar suporte ao Comitê de Governança
176 Digital. Diretor do NTI, **Reinaldo**, recomendou ajustes na portaria que criou o CGD,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE GOVERNANÇA

177 convocação de reunião extraordinária, para tratar da pauta digitalização de processos e
178 constituição de equipe técnica para planejamento e estratégia a ser executada para a
179 digitalização dos processos. O Assessor do Reitor, **prof. Melchior**, perguntou se existe
180 dispositivo jurídico que dá validação a material digitalizado, isentando a obrigatoriedade de ter
181 os processos impressos. O Chefe de Gabinete, **Ubirajara**, afirmou que o que substitui é o
182 certificado digital. O Reitor, **prof. Tonholo**: propôs reunião extraordinária do CGD na sexta, dia
183 22/05, às 8h, e encaminhamento dos itens de pauta 5.2 e 5.3 para essa reunião. Após a
184 manifestação de todos, que aprovaram por unanimidade, passou ao item 5.4, representação,
185 por meio de um titular e um suplente, da Ufal, junto à Fundação Cultural Palmares, um instituto
186 de pesquisa federal que tem recursos para investimentos em ações direcionadas para o
187 movimento negro e comunidades quilombola, entre outras ações. Relatou que os professores
188 Clayton e César, Pró-Reitor e Coordenador de Extensão da Proex foram indicados, mas que
189 houve questionamento e demanda de indicação de representante do NEABI, sinalizando a
190 necessidade de definição de diretrizes básicas para as indicações e procedimentos de
191 acompanhamento das representações. O Pró-Reitor da Proex, **Prof. Clayton**, agradeceu a
192 indicação, afirmando que se sente preparado para a representação, e elogiou a gestão pela
193 transparência e democracia em trazer o assunto para a deliberação do CGGRC, mesmo tendo
194 a prerrogativa de indicar. O Chefe de Gabinete, **Ubirajara**, alertou para as dificuldades geradas
195 pela indicação de servidores que, pelo cargo que ocupam, não tenham autonomia ou poder
196 decisório, ficando impedidos de ser mais atuantes nas ações que requerem comprometimento
197 institucional, situação que ocorreria se nesse caso fosse indicado um representante do NEABI.
198 O Pró-Reitor da Proinst, **Prof. Renato**, informou que a Proinst está associada à
199 representação institucional pelos contratos e instrumentos ligados aos convênios e parcerias,
200 os termos de cooperação. O Reitor, **Prof. Tonholo**, ponderou que há representação sem esses
201 instrumentos e que o setor que trata de representações precisa estar ligado diretamente ao
202 GR, que deverá acompanhar a atuação dos representantes e garantir que os interesses
203 institucionais sejam sempre observados, independente de interesses pessoais. O **Diretor da**
204 **Edufal, Prof. Elder**, mencionou o trabalho feito pelo CPAI, com o Pró-Reitor da Proinst, em
205 que separaram e mapearam os três grandes atores da sociedade, mercado, órgãos
206 governamentais e sociedade civil (terceiro setor) e identificaram o tipo de relação que têm com
207 a universidade. O Assessor do Reitor, **prof. Melchior**, reiterou o posicionamento do Reitor,
208 sobre o cuidado necessário para evitar indicações pautadas pelas vocações e identidades
209 individuais, sem priorização do interesse institucional. **Prof. Elder** fez esclarecimentos sobre o
210 trabalho idealizado para o Escritório de Projetos, a ser instituído. O Pró-Reitor da Proinst,
211 **Prof. Renato**, argumentou que o Escritório de projetos supriria as lacunas para gerir os
212 convênios e representação institucional, sugerindo envolvimento do GR no trabalho que a
213 Proinst está realizando. O Reitor, **Prof. Tonholo**, afirmou que hoje faltam na universidade
214 diretrizes e mapa das relações instituídas. Sugeriu reunião com Reinaldo, CPAI, Prof. Renato e
215 Prof. Melchior para definição de política enxuta de representação institucional, com
216 transparência para a comunidade sobre as representações, por meio de um boletim interno ou
217 página de divulgação. Após, colocou em votação a manutenção dos indicados, Professores
218 Clayton e César, que foi aprovada por 7 votos favoráveis e abstenção do Prof. Clayton. Devido
219 ao número de itens na pauta e ao horário, o Reitor, **prof Tonholo**, sugeriu, com a aprovação
220 de todos, estender a reunião, interrompendo-a às 13h, com retomada na terça dia 26/05/2020,
221 na forma de continuação (com ata única). Em seguida, apresentou o item “prorrogação de
222 prazos de registros e expedição de diplomas-demanda do DRCA”, explicando que minuta de
223 portaria foi encaminhada para o GR em função do contexto atual, visto que do ponto de vista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE GOVERNANÇA

224 legal é viável a ampliação, de 60 para 120 dias. Entretanto, uma vez que a Universidade vem
225 se empenhando para agilizar procedimentos, solicitou justificativas para o requestado. O
226 Chefe de Gabinete, **Ubirajara**, questionou se há demanda represada, relacionada ao pedido,
227 como registros de diplomas de outras instituições, por exemplo. O Pró-Reitor da Prograd, **prof.**
228 **Amauri**, explicou que houve priorização para registros dos cursos da área da saúde e
229 liberação para defesa de TCCs de forma virtual, o que aumentou a demanda e justifica a
230 solicitação. O Reitor, **prof. Tonholo**: fez a ressalva de que a portaria precisará incluir texto
231 garantindo que seja respeitado o prazo regular para os diplomas emitidos em caráter
232 emergencial, com inclusão de artigo com o seguinte conteúdo: “solicitações de colação de grau
233 a título emergencial continuarão respeitando os prazos estabelecidos nos artigos nº 18 e nº 19
234 da portaria do MEC”. Assim, submeteu à votação a demanda de prorrogação do prazo de
235 registro e expedição de diplomas, exceto em situações de emergência, com aprovação por
236 unanimidade. A Assessora do GR, **Rafaely**, pediu questão de ordem sobre a minuta de
237 portaria, alertando que seria necessário explicitar a justificativa para a prorrogação. Assim, o
238 Reitor, **prof. Tonholo**, sugeriu, com a concordância de todos, que a minuta seja devolvida à
239 Prograd para a inclusão da justificativa e inclusão do artigo recomendado e, após, retorne ao
240 GR para aprovação. Com referência ao próximo item de pauta, processo 23065.038148/2019-
241 86, de realocação da cerca da Universidade, o Superintendente da Sinfra, **prof. Dilson**,
242 informou que a expansão do viaduto atingirá trecho que beira a guarita e atinge o HUPAA e a
243 FDA, impactos que não foram verificados pelos dirigentes da gestão anterior quando se
244 manifestaram favoravelmente à realização da obra. Comunicou ainda que a Sinfra já entrou
245 em contato com os gestores da empresa solicitando informações sobre o tipo de indenização
246 que será feito à Ufal pelos impactos que ocorrerão no letreiro da Ufal, HUPAA e FDA. O Reitor,
247 **prof. Tonholo**, afirmou que a Universidade deverá ter como mitigação a ampliação do acesso,
248 mas que há que se pensar e negociar medidas compensatórias (indenizações) para as áreas
249 impactadas e possível realocação da saída do HUPAA, garantindo também que a guarita do
250 hospital não seja afetada. Foi, então, colocado em votação e aprovado por unanimidade que a
251 Sinfra estabeleça contato com o DNIT e a Empresa responsável pela execução da obra para
252 solicitar detalhamento do projeto técnico, bem como o levantamento de riscos potenciais à
253 segurança dos veículos e pedestres que acessam as instalações da universidade e HUPAA,
254 além das ações compensatórias e mitigadoras. Em decorrência do horário avançado, o Reitor,
255 **prof. Tonholo**, propôs, com a concordância de todos, interrupção da reunião, com
256 continuidade no dia 26/05/2020, às 8h, por webconferência, para deliberação sobre os demais
257 itens da pauta. No dia 26/05/2020, conforme previsto, a reunião iniciou tratando do item de
258 pauta relativo ao processo 23065.009616/2020-72: demanda sobre nº de professores
259 visitantes. O Pró-Reitor da Progep, **Wellington** fez uma introdução sobre o assunto,
260 mencionando os diplomas legais e a portaria nº 685.2017, emitida pela gestão anterior, que
261 talvez necessite de revisão, e alertou sobre as dificuldades criadas por redistribuição por
262 permuta com código de vaga, situação em que a UFAL utiliza uma das vagas disponibilizadas
263 pelo MEC, prejudicando a reposição em casos como aposentadorias. Laís, Coordenadora da
264 CPS, realizou uma apresentação sobre as vagas pactuadas com o MEC, códigos de
265 equivalente e vagas para a contratação, salientando que atualmente o provimento anual é feito
266 dentro de um quantitativo autorizado. O Reitor, **prof. Tonholo**, sugeriu que a Progep faça nota
267 técnica para que essa mudança de regras seja apresentada ao Fórum de Diretores,
268 explicando que apesar de haver 60 vagas desocupadas, há possibilidade de apenas 50
269 provimentos para este ano. Solicitou, também, relatório elaborado pela Propep e Progep, de
270 atividades dos professores, que reflita os impactos promovidos pelos professores visitantes nos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE GOVERNANÇA

271 cursos de pós-graduação. Afirmou que, visto que as contratações do primeiro edital estão
272 vencendo, antes da decisão sobre a destinação das vagas será necessário avaliar esse
273 relatório relativo aos impactos e realizar um seminário fechado de avaliação com professores
274 visitantes, sob coordenação da Propep, com participação da Progep e coordenadores de
275 programa. Após a apresentação da Coordenadora da CPS, o Reitor, **prof. Tonholo**, colocou
276 para apreciação do CGGRC a reedição da portaria relacionada a professor visitante de pós-
277 graduação e relançamento do edital, de forma a não deixar vacância, condicionando o edital ao
278 cumprimento da portaria, inclusive em relação à oferta de vagas em cotas para técnico-
279 administrativos, negros e indígenas. A proposta foi aprovada por unanimidade. Acerca do
280 Processo 23065.009613/2020-56: vagas de Docentes pactuadas com o MEC, Laís fez uma
281 apresentação informando que parte do quantitativo pactuado não foi ainda autorizado,
282 apontando para a necessidade de interlocução da gestão junto ao MEC, considerando que
283 cursos foram implantados na expectativa de receber o total pactuado. A Vice-Reitora, **profa.**
284 **Eliane**, corroborado pelo Diretor do Campus Arapiraca, prof. Arnaldo, fizeram relato dos
285 prejuízos ao Campus Arapiraca por decisões da gestão anterior em relação às vagas
286 disponibilizadas. O Reitor, **prof. Tonholo**, solicitou à Diretora da CPS um dossiê detalhado
287 sobre como as vagas disponibilizadas estão sendo utilizadas hoje para que se possa,
288 considerando o relato da profa. Eliane e do prof. Arnaldo e de posse das informações
289 documentadas, tentar uma nova negociação junto ao MEC, Não havendo questões a deliberar
290 sobre o item, visto que há necessidade de apreciar o dossiê solicitado para ter um diagnóstico
291 apropriado da situação e estudar formas de sanar as dificuldades, passou ao próximo item de
292 pauta, os processos 23065.009174/2020-75: 23065.009985/2020-03 e 23065.009986/2020-73,
293 relacionados a três problemas de conduta de um mesmo estudante, ocorridos em menos de
294 30 dias, em locais diferentes e com níveis de gravidade também distintos. O Pró-Reitor da
295 Proest, **prof. Alexandre**, resumiu os fatos relatados nos processos, que serão apensados para
296 abertura de processo de sindicância, o qual deverá contar com uma comissão atuante e ágil,
297 diante do receio de um agravamento no comportamento agressivo do estudante. O Pró-Reitor
298 da Proex, **Clayton**, fez o apelo de que, em casos análogos ao apresentado, a universidade
299 tenha mecanismos que protejam os servidores que sejam alvos de ações dessa natureza, e
300 que a comissão nomeada, em casos que envolvam ameaças à integridade física, atente não
301 apenas para a celeridade, mas também para a possibilidade de desequilíbrios emocionais e
302 envolva outras esferas competentes, visando preservar a integridade dos servidores e do
303 próprio aluno. O Pró-Reitor da Sinfra, **prof. Dilson**, ratificou a fala do prof. Clayton, relatando
304 outras ações do referido aluno, na forma de ameaças direcionadas a servidores da Sinfra. O
305 Pró-Reitor da Progep, **Wellington**, explicou que, apesar de as preocupações apresentadas
306 serem justificáveis, há que se respeitar os trâmites estabelecidos para esses casos, que
307 iniciam com a abertura de processo administrativo disciplinar. O Chefe de Gabinete, **Ubirajara**,
308 relatou experiência difícil com o mesmo aluno no GR, quando este solicitou resposta para um
309 processo relativo à concessão de bolsa, no qual ele seria o interessado, que foi aberto na
310 época da gestão anterior e se encontrava arquivado. Confirmando a postura agressiva do
311 aluno, sugeriu que, em paralelo com a comissão do PAD, seja elaborado um documento
312 formal, com as informações constantes nos 3 processos, endereçado ao Ministério Público
313 Federal, neste momento, em que a Ufal está com a residência sob a tutela do MPF,
314 informando, também, da apuração interna em andamento por meio de Processo Administrativo
315 Disciplinar. O Pró-Reitor Estudantil, **Prof. Alexandre**, relatou a existência de outros dois
316 casos, já em fase de apuração, envolvendo agressão física e depredação de patrimônio público
317 associadas a alunos. Diante dos relatos, o seguinte encaminhamento foi sugerido: instituir uma



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE GOVERNANÇA

318 comissão unificada, com membros oriundos de unidades acadêmicas, realização de reuniões por
319 videoconferência e prazo de 30 dias, para análise dos três processos apensados e,
320 paralelamente, levar as ocorrências ao conhecimento do Ministério Público Federal, informando
321 também as providências de apuração dos fatos que estão sendo tomadas pela Universidade.
322 Com a aprovação desse encaminhamento por unanimidade, o Reitor, **prof. Tonholo**, passou
323 ao próximo item de pauta: a demanda por assistência de transporte para servidores que
324 estiverem em atividade presencial e que não têm veículo próprio, caracterizando que se trata
325 de situação excepcional, em decorrência da pandemia. A Vice-Reitora, **profa. Eliane**,
326 manifestou-se contrária à demanda, uma vez que não há previsão legal de utilização dos
327 carros da Universidade para essa finalidade e que os riscos para os colaboradores motoristas
328 seriam aumentados. O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, **Wellington**, concordou com a profa.
329 Eliane, salientando que o pedido entra em conflito com as soluções criadas para regulamentar
330 o trabalho fora de sede. O Superintendente da Sinfra, **prof. Dilson**, concordou com ambos e
331 informou que, diante da necessidade de levar algum processo ou outro documento para
332 alguém assinar em casa, é possível utilizar o serviço, mas não recomendou a utilização dos
333 carros da Universidade para o transporte de servidores. Frente ao exposto, foi submetido à
334 votação e decidido, por unanimidade, que a Universidade não disponibilizará carros para
335 transporte de servidores em atividades essenciais, visto que não há amparo legal para esse
336 tipo de transporte, e que os riscos de contaminação dos motoristas seriam aumentados. Com
337 referência à utilização dos veículos da Universidade, o Reitor, **prof. Tonholo**, relatou, ainda,
338 que têm recebido solicitações de autorização para que servidores que não são motoristas os
339 dirijam no atendimento de algumas demandas de trabalho e que tem devolvido essas
340 solicitações aos Diretores de Unidade para pronunciamento. A Vice-Reitora, **Profa. Eliane**,
341 informou que essa liberação pode ocorrer por meio de portaria, para servidores específicos, em
342 casos de suspensão de contrato de motorista, o que não reflete a atual situação. Sugeriu,
343 também, que, ao enviar as solicitações aos diretores, sejam informadas as restrições e
344 implicações de uso desses carros em caráter excepcional. O Reitor, **prof. Tonholo**, sugeriu
345 elaboração de diretrizes gerais para utilização dos carros por servidores, com recomendações
346 (não portaria ou resolução) e o Superintendente da Sinfra, **Prof. Dilson**, comprometeu-se com
347 a apresentação de minuta para análise do CGGRC, para regulamentação específica das
348 situações em que servidores podem ser autorizados a dirigir os veículos da universidade,
349 considerando as indicações do Auditor Geral, Thyago, sobre a legislação vigente-
350 <http://www.uff.br/?q=processo/autorizacao-para-dirigir-veiculo-oficial>. A introdução do próximo
351 item de pauta foi delegada ao Auditor Geral, **Thyago**, que reiterou a necessidade de instituição
352 do Plano de Integridade, por exigência da CGU, informando que o Assessor do Reitor, Melchior
353 apresentaria uma minuta do Plano de Integridade, o qual possui prazo pré-determinado de
354 vigência. O Reitor, **prof. Tonholo**, devido ao horário, sugeriu, com a concordância de todos,
355 que a reunião seja encerrada após a deliberação sobre a pauta e que nova reunião seja
356 convocada para o dia 02/06/2020, às 8h, para tratar da pauta remanescente e novos itens. O
357 Assessor do Reitor, **Prof. Melchior**, apresentou a minuta de portaria de instituição do
358 Programa de Integridade e reiterou os próximos passos do processo: **1.** Publicação de portaria
359 do Programa de Integridade; **2.** Designação do servidor a ser lotado na Unidade de Gestão de
360 Integridade (UGI); **3.** Portaria estabelecendo Plano de Integridade. Frente à necessidade de
361 maior tempo para discutir a minuta do Plano de Integridade e o horário avançado, O Reitor,
362 **Prof. Tonholo**, sugeriu encerrar a reunião deixando esse item sobrestado para a próxima
363 reunião, que ficou agendada para o próximo dia 02 de junho de 2020, das 8h00min às
364 12h00min, com envio da minuta do Plano de Integridade para que todos os membros do



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE GOVERNANÇA

365 CGGRC leiam e apresentem contribuições previamente, facilitando a deliberação. Com o
366 surgimento de dúvidas quanto à necessidade de submeter o Programa de Integridade à
367 aprovação do Consuni, após aprovação pelo CGGRC, o Auditor Geral, **Thyago** e o Pró-Reitor
368 da Progep, **Wellington**, comprometeram-se com a averiguação da instância de deliberação. Às
369 13h, o Reitor **prof. Tonholo** agradeceu a participação de todos, encerrando a reunião às 13h,
370 e eu Angela Stainki, Secretária Executiva do Gabinete da Reitoria, lavrei esta Ata, que segue
371 assinada pelos integrantes do CGGRC e por mim.